Os exemplos de cantigas dados pelos Referenciais Curriculares são:"A moda da carranquinha", "Você gosta de mim", "Fui no Itororó", "Alinda rosa juvenil", "A canoa virou", ou "Terezinha de Jesus".

Por esses e outros exemplos, os professores devem resgatar a vivência da infância. As cantigas de roda são mais que práticas didáticas; elas são nosso folclore que deve ter continuação nas gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a toda pesquisa realizada, percebi o problema que é não ter como prática da música no currículo da Educação Básica. Devido à mecanização dos conteúdos e as exigências cada vez maiores em relação à alfabetização e letramento fazem com que os professores pratiquem menos o hábito de cantar e usar brinquedos sonoros.

Com a nova lei que regulamenta o ensino de música no currículo da Educação Básica (11769/08), as unidades escolares estão tendo que se adequar para incluir no currículo essa prática.

As cantigas de roda e demais tipos de canções já são sabidas de sua eficiência na aprendizagem, no estímulo ao desenvolvimento pleno do individuo e na continuidade das tradições folclóricas.

Os documentos curriculares trazem sugestões e procedimentos de como resgatas as obras do cancioneiro popular, algumas vezes esquecido em práticas educacionais.

A escola passa por transformações sociais, reproduzindo os costumes das famílias em ter mais brincadeiras tecnológicas e virtuais do que artesanais e interativas umas com as outras. Faz-se necessário repensar o lúdico nos dias atuais, tendo como desafio manter o folclore em nossas crianças, introduzir mais cantigas e articular os repertórios.

Tanto que o objetivo dessa pesquisa, mesmo que de forma sucinta, foi justamente verificar as cantigas de roda e demais tipos de canções para resgate e vivência, retirando todos os benefícios que as mesmas trazem para nosso crescimento como indivíduo.

Redescobri determinadas práticas que foram vivenciadas em minha infância e que, refletindo criticamente, formaram valores que carrego até os dias atuais. Mesmo que inconsciente, acabo transmitindo esses valores à minha filha através das cantigas de acalanto, e aos meus alunos quando alfabetizo ou quero que fixem algum conteúdo. As cantigas nos estimulam a ter memória cultural, e isso está faltando ser estimulado em nossos alunos.

Para tal resgate, faz-se necessário que profissionais especialistas em música também atuem dentro das escolas ou tenham mais espaços para que a musicalização aconteça durante toda a Educação Básica.

Nosso país necessita de resgate de memória folclórica e manter essa riqueza perpetuando as próximas gerações.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gosALENCAR, Sylvia. A música na Educação Infantil. São Paulo: Paternoni, 2010.

ALMEIDA, M.V. Machado de. A ciranda Brasileira. São Paulo: Montreal, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2001.

_____, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRITO, Teca Alencar de. Música na Educação Infantil. São Paulo: Peirópolis, 2003.

BRIZUELA, Bárbara M. Desenvolvimento matemático na criança: explorando notações. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro.São Paulo: Global, 2001.

DECKERT, Marta. Educação Musical: da teoria à prática na sala de aula. São Paulo: Moderna, 2012.

FARIA, V.L.B; SALLES, F. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Ática, 2012.

FEIJÓ, Ruberval. As cantigas de roda. São Paulo: Editora Mundial, 2002.

PARREIRAS, Ninfa. Do ventre ao colo, do som à literatura: livros para bebês e crianças. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

TAFURI, Johannella. Odesenvolvimento musical através do canto na etapa infantil. In: IX ENCONTRO ANUAL DA ABEM. 2000. Belém. Anais do IX Encontro anual da ABEM, Belém, 2000. p. 53-65.

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

ISABEL CRISTINA MARTINEZ DANIEL

RESUMO

Atualmente, há muita controvérsia em

relação ao processo inclusivo das escolas e ao ingresso de um grande número de crianças com necessidades educacionais especiais na educação formal. Muitas mudanças importantes ocorreram ao longo dos anos, como reformas educacionais, decretos e leis que reafirmam a inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais nas escolas. Desse modo, o objetivo do trabalho foi esclarecer a análise da educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais. Para cumprir tal objetivo foram pesquisados trabalhos em sites da internet e nos bancos de dados Scielo, Google Acadêmico, CAPES e ERIC, entre os anos de 2013-2021, referentes as palavraschave: Recursos Humanos. Importância dos Recursos Humanos. Qualidade e Recursos Humanos. Qualidade. Quanto aos objetivos, à pesquisa divide-se em exploratória, descritiva e explicativa. A inclusão é possível, mas não pode ser implementada de forma simples, requer formação de famílias e professores que estejam ativamente comprometidos com a aprendizagem, o planejamento do espaço, os recursos permanentes e a reorganização institucional do ensino. O desafio de se integrar à escola não é fácil, muito menos ajustar o currículo, mas as pessoas acreditam que uma pequena atitude será um grande passo para flexibilizar a prática educativa e o meio ambiente, e capacitar os educadores para um papel mais humano.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Inclusão. Escolas.

INTRODUÇÃO

Atualmente, há muita controvérsia em relação ao processo inclusivo das escolas e ao ingresso de um grande número de crianças com necessidades educacionais especiais na educação formal. Muitas mudanças importantes ocorreram ao longo dos anos, como reformas educacionais, decretos e leis que reafirmam a inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais nas escolas (BRANDE; ZANFELICE, 2012).

No entanto, isso também gerou discussões sobre a forma, o método e o conteúdo de trabalhar com esses alunos em sala de aula. Ainda há discussões em torno da formação de professores, estrutura física escolar e supervisão pedagógica, ou seja, questiona-se a proeza infinita de construção escolar efetiva e inclusiva do Brasil. No processo de busca por respostas, tanto os pontos positivos quanto os negativos são evidentes em termos da relevância da educação inclusiva e da educação para esses alunos (CHAVES, 2015).

Nessa perspectiva, este estudo é problemático quando se trata de problematizar esses temas inclusivos, principalmente no que se refere ao papel do professor e seus desafios. O estudo visa esclarecer a análise da educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais, que já está presente nas escolas e em constante debate em todos os níveis de ensino.

Diante desse pressuposto, contém vieses de discussão relacionados à adequação do currículo e à inclusão de todos os alunos do ensino regular. Portanto, é compreensível que a nova metodologia e flexibilidade de prática, bem como de cursos de aprendizagem condizentes com a formação e orientação do trabalho docente, proporcionem oportunidades de ensino interdisciplinares, específicas e efetivas com objetivos claros e específicos. as diferenças individuais, ainda valorizam o espaço do conhecimento, e humanizam os alunos como cidadãos críticos.

Por meio de pesquisas bibliográficas e bibliográficas, procurei verificar a seguinte tese, ou seja, por meio da reorganização do trabalho docente, da adequação individual e metódica dos currículos escolares, e da afirmação e reconhecimento dos participantes por todos os autores para conseguir a integração na escola para Alunos com necessidades educacionais especiais.

DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva apareceu inicialmente na literatura de pesquisa no final dos anos 1980. Enquadrada como uma alternativa à educação especial, a educação inclusiva expandiu as responsabilidades das escolas e dos sistemas escolares para aumentar o acesso, a participação e as oportunidades de aprendizagem para as populações marginalizadas de alunos. Usando uma lente cultural para enquadrar a prática educacional, a educação inclusiva pode ser vista como uma interação colaborativa, mutuamente constitutiva e responsiva entre alunos e professores (GLKOVATE, 2019).

Em uma era digital, colocar em primeiro plano a natureza interativa e interpretativa do ensino oferece o potencial para uma aprendizagem autodeterminada que é transparente e envolve a construção de comunidades democráticas. Plenamente realizada, a educação inclusiva opera em suposições fundamentadas criticamente sobre a construção de capacidade e deficiência. A educação inclusiva oferece a possibilidade de romper com as noções dominantes de raça, língua, habilidade, gênero e religião (DIAMENT, 2015).

No entanto, à medida que os sistemas educacionais nacionais se apropriam da terminologia de educação inclusiva, ela está se tornando, em muitos contextos, suspeitamente como a educação especial, uma forma de classificar e separar alunos que não se enquadram no perfil de aluno modelo sugere que a educação inclusiva requer a organização das escolas como comunidades de prática nas quais conjuntos de ferramentas

estruturam a participação e privilegiam determinados tipos de práticas (CHAVES, 2015).

Em vez disso, a educação inclusiva compreende uma agenda que transcende a categorização de professores e alunos. É uma agenda projetada para promover o aprendizado como um companheiro constante ao longo da vida individual e coletiva. Compreender como as comunidades se baseiam na história, na prática atual e em uma linguagem compartilhada para negociar a experiência pode gerar métodos transformadores (DIAMENT, 2015).

Na mesma linha, quando os professores estão conscientes do impacto de sua prática diária (ou seja, aprendizagem na prática), eles criarão novas abordagens que os ajudarão a transcender os limites estruturais que mantêm as divisões atuais entre educação especial e inclusiva como o padrão comum de prática para todos os alunos: empoderamento, capacitação, bem como prevenção, e noções de produtividade e contribuição (GIKOVATE, 2019).

Os defensores da escolaridade inclusiva pedem uma reestruturação da escola para acomodar todos os alunos e defender mudanças radicais no currículo, alegando que os currículos atuais estavam perpetuando a exclusão, dividindo aqueles alunos que poderiam cumprir seus objetivos como são daqueles que não puderam (CHAVES, 2015).

A pesquisa sobre educação inclusiva tem focado na melhoria escolar em termos de respostas escolares inteiras, bem como estratégias de ensino que incluem todos os alunos. No início da década de 1980, a UNESCO realizou uma pesquisa sobre formação de professores em 14 países envolvendo todas as regiões mundiais (CHAVES, 2015).

Os achados mostraram que os professores regulares em sala de aula estavam dispostos a assumir a responsabilidade pelas crianças com necessidades especiais, mas não estavam confiantes se tinham as habilidades para realizar essa tarefa. A maioria dos professores achava que precisava de treinamento na área de necessidades especiais. Esses achados sugeriram a necessidade de treinamento em serviço para professores em sala de aula regulares, por meio de formadores de professores (GIKOVATE, 2019).

A UNESCO, portanto, montou um projeto, liderado pelo professor Mel Ainscow, hoje na Universidade de Manchester, para desenvolver materiais e estratégias de ensino que atendam à necessidade de professores em escolas inclusivas. Foram realizados workshops regionais para África, (Nairóbi, Quênia), Ásia (Pequim, China),

Middle East (Amã, Jordânia), Europa (Romênia), América Latina (Chile) e América do Norte (Canadá). Equipes de recursos foram criadas para a preparação e experimentação de materiais que tinham que ser culturalmente relevantes. Entre 1988 e 1993, as equipes do projeto se reuniram, seguiram os materiais e realizaram oficinas (DIAMENT, 2015).

O sucesso desses materiais e vários experimentos realizados sobre educação inclusiva em diferentes partes do mundo levaram a UNESCO a convocar, com a ajuda do governo da Espanha, a Conferência Mundial de 1994 em Salamanca. Os delegados deliberaram sobre a eliminação de práticas exclusivas para crianças e jovens com necessidades especiais decorrentes de condições sociais, econômicas, psicológicas e físicas. Ao final da conferência, a Declaração sala manca e o Quadro de Ação foram aprovados por unanimidade por aclamação (GIKOVATE, 2019).

As implicações para a educação inclusiva são amplas. Países, regionais, comunidades locais e profissionais estão em diferentes níveis de conceituação. Enquanto alguns estão no palco inclusivo, Escola para Todos, outros estão na fase da escola especial, e ainda outros em algum lugar no meio. Até agora, apresentei desenvolvimento educacional em relação às pessoas com necessidades especiais em termos de escolaridade. De fato, a educação, aos olhos de economistas e planejadores educacionais, tem sido apresentada na literatura como se existisse principalmente no contexto da escolaridade (DIAMENT, 2015).

A educação informal e não formal muitas vezes não são a preocupação deles. No entanto, aqueles que são excluídos da escolaridade se beneficiam dessas formas de educação, a fim de se tornarem membros contribuintes úteis de suas comunidades. Para muitos individuals com necessidades especiais em muitos países, estas são as únicas formas de educação (CHAVES, 2015).

A educação não formal, por outro lado, abrange todas as formas de aprendizagem, incluindo aulas de alfabetização funcional, fora do sistema formal de ensino. Coombs descreveu essas formas não escolares de aprendizagem como os "sistemas de sombra da educação". Os economistas tradicionalmente não reconhecem o papel significativo da aprendizagem informal e não formal, e o development do setor informal, no desenvolvimento de inquérito, reflexão, criatividade e tecnologia localmente relevante e apropriada e na produção de bens de consumo acessíveis, marcando-o como tradicional e inferior (GIKOVATE, 2019).

Em uma escala mais ampla, está sendo aceito agora que a contribuição of informal e não formal de aprendizagem e produção (aprendendo fazendo) em áreas urbanas e rurais, embora não registrada, é o que sustenta a vida das nações. As críticas contínuas à economia dupla, como uma falsa classificação da economia em influência pré-existente e moderna sob influência estrangeira, leva-

ram a um movimento em direção à aceitação do setor informal como parte integrante da economia de uma nação (DIAMENT, 2015).

Mas formas informais e não formais de aprendizagem não são novas. São formas principalmente indígenas de educação, princípios dos quais poderiam até ser usados para aproveitar os ambientes formais da escola. Como argumentei em outros lugares, a educação indígena na África foi, e é, inclusiva. Precisamos apenas considerar os princípios, que nortearam as formas indígenas de educação (CHAVES, 2015).

Funcionalidade de conhecimentos e habilidades: todos os conhecimentos, atitudes e habilidades incorporadas no currículo foram baseados na transmissão cultural, criação de conhecimento e transformação orientação comunitária: todo conteúdo e prática educativa foi baseado e dentro da comunidade (GIKOVATE, 2019).

2.1 MATERIAL (IS) E MÉTODOS

O tipo do estudo é uma revisão bibliográfica, pesquisas do tipo tem o objetivo primordial à exposição dos atributos de determinado fenômeno ou afirmação entre suas variáveis (GIL, 2018). Assim, recomenda-se que apresente características do tipo: analisar a atmosfera como fonte direta dos dados e o pesquisador como um instrumento interruptor; não agenciar o uso de artifícios e métodos estatísticos, tendo como apreensão maior a interpretação de fenômenos e a imputação de resultados, o método deve ser o foco principal para a abordagem e não o resultado ou o fruto, a apreciação dos dados deve ser atingida de forma intuitiva e indutivamente através do pesquisador (GIL, 2018).

O método de revisão bibliográfico permite incluir pesquisas experimentais e não experimentais, obtendo a combinação de dados empíricos e teóricos que podem direcionar à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico. Este método exige recursos, conhecimentos e habilidades para o seu desenvolvimento (GIL, 2018).

Considerando a classificação proposta por Gil (2018, p. 5), pode-se afirmar que "esta proposta é melhor representada por meio de uma pesquisa do tipo exploratória, cujo objetivo é possibilitar um maior conhecimento a respeito do problema, de modo a torná-lo mais claro ou auxiliando na formulação de hipóteses". No entendimento do autor, o principal objetivo deste tipo de pesquisa pode ser tanto o aprimoramento de ideias, quanto a descoberta de intuições, o que o torna uma opção bastante flexível, gerando, na maioria dos casos, uma pesquisa bibliográfica ou um estudo de caso. (GIL, 2018).

O desenvolvimento dessa revisão integrativa foi fundamentado conforme as seis etapas propostas por Gil (2018). São elas: 1. Identificação do tema e formulação da questão norteadora; 2. Definição dos critérios de inclusão e exclusão; 3. Definição das informações que serão extraídas dos estudos; 4. Avaliação dos estudos; 5. Interpretação dos resultados; 6. Apresentação da revisão do conhecimento.

Esta etapa foi representada pelo estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura. Para a busca dos artigos foram utilizadas as bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe e Ciências da Saúde (LILACS) e na Medical Literature Analysis and Retrieval Sistem on-line (MEDLINE) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Como critérios de inclusão foi considerado todos os artigos publicados nas bases de dados informadas, dentro da temporariedade prevista 2013 a 2020 com texto completo disponível de revisões de literatura, publicados em revistas indexadas e no idioma português e inglês. Critérios de exclusão foram exclusos os artigos não relacionados ao tema; artigos de opinião e; relatórios; editoriais; enfim, literatura cinzenta. Artigos duplicados nos bancos de dados foram consideradas uma única versão para a análise, artigos publicados fora do tempo estabelecido e/ou que não contenha o texto na integra.

Nessa etapa é importante ter a busca nas bases de dados deve ser ampla e diversificada. O ideal é que todos os artigos encontrados sejam utilizados e os critérios de amostragem precisam garantir a representatividade da amostra, sendo importantes indicadores da confiabilidade e da fidedignidade dos resultados (GIL, 2018).

Depois de conferir se as publicações estão em conformidade com o objeto de pesquisa feita na etapa anterior, é o momento de partir para a discussão dos principais resultados na pesquisa convencional. Realizando a comparação com o conhecimento teórico, a identificação das conclusões e implicações resultantes da revisão, enfatizando as diferenças e similaridades entre os estudos. Se houver lacunas de conhecimento será possível apontar e sugerir novas pesquisas.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o outro, o educador precisa pautar-se em práticas que facilitem o processo de desenvolvimento da linguagem das crianças, tornando as suas interações cotidianas uma fonte fecunda de estímulos. Neste processo interativo constante, ele não deve esquecer que a forma como fala e se exprime constitui um modelo para a interação e para a aprendizagem das crianças. Por, conta disso o edu-

cador compreende que para seus educandos muitas palavras expressas por ele serão inéditas e que há regras de estrutura e uso da língua que serão apropriadas pelas crianças a partir dessa interação (DIAMENT, 2015).

Diante disso segundo Gusmão et al. (2014) a prática do educador deve ser marcada por momentos e espaços em que o diálogo é fomentado entre o educador e a criança, entre o educador e o grupo de crianças e entre as próprias crianças, para que cada uma seja escutada e para que as suas contribuições para o grupo sejam valorizadas. Deste modo, as crianças ao verem que as suas contribuições são importantes vão sentir-se motivadas para interagir, o que as leva, consequentemente, a terem desejo e prazer em comunicar, fatores essenciais para o desenvolvimento da língua.

Por tanto, concluo que é imprescindível que o educador se perceba como agente significante no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem em crianças em condições educacionais. Esse reconhecimento é de extrema importância para nortear a prática do profissional, e principalmente, ainda mais relevante, para as crianças que passam por ele. Tal problema ocorre devido à falta de formação continuada, é certo que em grande parte dos cursos de pedagogia e licenciaturas no Brasil, os estágios obrigatórios não exigem que os alunos tenham a experiência em alguma escola com a presença de crianças especiais, em sua maior parte no curso universitário o futuro educador tem apenas algumas aulas relacionadas à psicopedagogia (DIAMENT, 2015).

Apesar da formação dos professores continuarem focadas na hegemonia, no igual, deve se pensar numa mudança urgente para o bem de todos em sala de aula indiferente de se ter algum tipo de deficiência tratamos com o diferente todos os dias e todos os momentos, ninguém de forma alguma aprende de forma igual, o papel do professor não e somente transferir o conhecimento de forma padronizada para seus alunos, mas sim de procurar meios para que os mesmos terminem os estudos com um conhecimento a mais e com vontade de segui aprendendo (GIKOVATE, 2019).

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais formas e instrui os alunos. Dessa forma, a escola, deve estar aberta ao novo, e inclusão, apesar de ser um tema antigo, está sempre em pauta quando se trata de garantir direitos ao cidadão. É um direito fundamental, não podendo ser negado, encontra-se sempre presente quando se trata de melhorar o acesso à educação (GIKOVATE, 2019).

Quer dizer que não se deve negar nem dificultar o acesso às instituições de ensino, uma vez que se trata de um direito de todos, por isso o psicopedagogo será aquele que ajudará o professor despreparado a manter esse aluno na escola até que o mesmo finalize o Ensino Regulas como os demais. Mas identificar as necessidades individuais sem poder supri-las e muito frustrante. Entra aí a importância da interação entre as vertentes individual e social, pois, embora as escolas possam desenvolver inúmeras ações em prol da inclusão, também é verdade que elas enfrentam inúmeros limites que só poderão ser superados com mudanças sistemáticas nas políticas nacionais, com ênfase para as que dizem respeito diretamente a educação. (CHAVES, 2015).

Assim, não basta o professor preparado e estudado, mas a escola em todo seu contexto, físico e estrutural, deve estar prepara para receber o aluno portador de necessidades especiais. Isso ocorre porque alfabetizar significa ensina a ler e escreve uma criança que está recém entrando na escola. O educador terá como função fazer com que essa criança decodifique o código alfabético segundo Vygotsky (2015). Ela terá que entender os sinais gráficos para posteriormente começar a elaborar palavras e logo depois frases e orações completas e ordenadas.

O que parece ser algo fácil em que o professor deve apenas seguir as instruções de ensino, algumas vezes se torna um ato impossível porque nem toda criança tem o mesmo ritmo de aprendizagem. Outras por sua vez já possuem algum tipo de dificuldade e isso acaba tendo que fazer com que o professor mude seu modelo estabelecido de aula para lago diferente e inovador (GIKOVATE, 2019). É nesse momento que muito se deparam com uma situação difícil por não estarem preparados para lidar com o aluno especial, ocasionando o isolamento e a falta de interação e participação do mesmo das atividades que não estão adequadas ao seu perfil. Por outro lado, o modo como formulamos perguntas, encaminhamos modos de resposta e organizamos nosso conhecimento é muito influenciado por toda a história da filosofia (GIKOVATE, 2019). A criança parece se situar como um sujeito que detêm seu espaço na sociedade, um indivíduo exigente, questionador, possuidor de mercado consumidor, leis, programas televisivos e ciências dedicadas a elas. Mas, a ideia de infância é extremamente moderna. Assim segundo Santos (2014) um dos teóricos que em seus estudos abordam a inteligência humana é o suíço Jean Piaget (1896-1980) – o qual teve como grande foco a compreensão do "sujeito epistêmico", ou seja, estudou os processos de aprendizagem e de conhecimento humanos da infância à vida adulta.

Estudioso que compreendeu o psiquismo humano como uma díade entre o fisiológico e o social, sendo de importância fundamental nessa relação o papel da afetividade. Wallon dedicou-se ao estudo do desenvol-

vimento psicológico da criança, publicando vários textos destinados à educação regular. Além disso, demonstrou grande interesse pelo papel do professor, destacando a necessidade do domínio dos conhecimentos a serem transmitidos às crianças, assim como a maneira de transmitilos (GIKOVATE, 2019).

Assim Santos (2014) mostra que outra questão a ser considerada é a duração desses sintomas. Também é importante que a persistência em vários locais e ao longo do tempo seja avaliada, ou seja, precisam ocorrer em vários ambientes da vida da criança (por exemplo, casa e escola) mantendo-se constantes ao longo do período avaliado. Pois sintomas que ocorrem apenas em casa ou na escola, podem ser apenas resultados de sintomas de um ambiente familiar conturbado e ensino inadequado.

Vygotsky (2015) também fala sobre a brincadeira, ao dizer que o lúdico no desenvolvimento infantil faz com que a criança aprenda a agir, ter curiosidade o que estimula a vontade de busca pelo novo que faz com que haja não só o desenvolvimento da linguagem como também da autoconfiança, do pensamento e da concentração.

Dessa forma segundo Alves; Lisboa; Lisboa (2015) na relação estabelecida no ato de ensinar e aprender o educador assumirá o lugar significativo do outro e contribuirá para que a criança se aproprie efetivamente da língua. É sobre esse lugar, sobre a importância do professor a partir desse lugar e sobre essa contribuição, que tratará esse trabalho. Incialmente, voltaremos nossa discussão para a psicanálise dentro da perspectiva sociointeracionista para, em seguida, expor a compreensão de Vygotsky sobre quem é o outro na dinâmica da interação social e, por fim, concluir destacando a posição e a relevância do educador dentro dessa problemática.

Sem a devida atenção o educador corre o risco de ignorar a sua própria importância para o desenvolvimento linguístico do seu educando. Na posição de outro, é preciso que ele compreenda o quanto as suas ações, por menos intencionais que sejam, influenciam direta ou indiretamente no desempenho discursivo da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, fica claro que para se adequar ao currículo e incluir alunos com necessidades educacionais especiais, todo o processo de ensino pode ser utilizado como base. Pare de ser intrusivo e teórico, continue a conduzir o diálogo e a prática nas instituições escolares e nos campos político e administrativo, e estimule as partes ativas a buscar treinamento, estratégia e pesquisa para entender seus alunos, e ter uma abordagem diferenciada e estruturada para compreender os alunos. Deve haver educadores e educação inclusiva nas escolas regulares em todos os níveis. Não apenas satisfeito com os alunos, mas também satisfeito com a verdade sobre aprender a compartilhar e propor cursos flexíveis e não divisionais. As crianças com necessidades educativas especiais não são sujeitos passivos e incompetentes, podem tornar-se autónomas e libertadas, permitir-se inserir-se na sociedade e defender os direitos de cada cidadão.

Para isso, as escolas precisam ser pró-ativas e valorizar a diversidade. No entanto, é reconhecido no país que, dadas as visões atualmente disponíveis nas escolas, o grande desafio da educação inclusiva vai além da aprendizagem, está direta ou indiretamente presente em várias camadas da sociedade de diferentes formas. O papel principal é melhorar a inclusão de educadores, mesmo quando houver divergências coletivas sobre a real implementação da educação inclusiva nas escolas, eles irão promover sua aprendizagem.

A inclusão é possível, mas não pode ser implementada de forma simples, requer formação de famílias e professores que estejam ativamente comprometidos com a aprendizagem, o planejamento do espaço, os recursos permanentes e a

reorganização institucional do ensino. O desafio de se integrar à escola não é fácil, muito menos ajustar o currículo, mas as pessoas acreditam que uma pequena atitude será um grande passo para flexibilizar a prática educativa e o meio ambiente, e capacitar os educadores para um papel mais humano.

REFERÊNCIAS

ALVES; M. de M; LISBOA, D. de O; LISBOA, D. de O. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Laranjeiras, SP, 2015.

BRANDE, C. A; ZANFELICE, C. C. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 25, n. 42, p.43-56, 2012.

CHAVES, S. I. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: Transtorno Global do Desenvolvimento – Autismo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (monografia). Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializado para obtenção do título de especialista em atendimento educacional especializado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. 2015.

DIAMENT, A. J. Mente da criança. Rev. Psique Ciência Vida. 2015:60:2-3.

GIKOVATE, C. G. Autismo: compreendendo para melhor incluir. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

GUSMÃO, A. et al. Processos do cui-